

Pablo Marcelo Diener Ojeda

Doutor em História da Arte pela Universidade de Zurique.
Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso.

Imagens da Urbanização da América Portuguesa no Legado da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira

“moliri jam tecta videt, jam
sidere terrae”

(erigindo construções, já esta-
belecidas na terra)

Virgílio, *Eneida*, Livro VII,
verso 290

Encontramos o verso citado na epígrafe inscrita no “Prospecto da Vila de Barcelos”;¹ com essas palavras Virgílio descreve o final das longas e fatigosas viagens de Eneias e sua chegada ao Lácio, na península itálica. O poeta evoca o momento no qual o herói

troiano e seus homens deixam os navios para, finalmente, se estabelecerem em terra firme e dar começo aos trabalhos de edificação do que, posteriormente, será o grande império romano. Mas, qual é a ponte entre esse verso e a vista de Barcelos?

Para compreendermos a vinculação entre a imagem e o texto devemos lembrar que aquela cidade havia sido elevada à categoria de sede do governo da capitania de São José do Rio Negro, no ano de 1758. E que o mencionado Prospecto foi executado quase três décadas mais tarde, por obra de um dos riscadores da *Viagem filosófica* ao interior da América lusitana,

realizada sob o comando de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Ao colocar a citação da literatura clássica na parte superior da folha que contém a representação da vila de Barcelos, pretendia-se traduzir o sentido atribuído à tarefa de urbanização no espaço amazônico, desenvolvida pelo Estado português com singular intensidade na segunda metade do século XVIII. Como Eneias no Lácio, os portugueses – heróis modernos – assumiam os árduos trabalhos de consolidação do império lusitano na América, e a fundação de vilas, povoados e lugares representava a máxima expressão dessa fabulosa empreitada.

Essa evocação de caráter erudito não é um simples capricho do ilustrador, mas interpreta o pensar e o sentir da *Viagem filosófica*, enquanto um projeto lusitano. Tanto o riscador, no caso José Joaquim Freire, como seu chefe imediato, o filósofo-naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e, certamente, também as autoridades políticas que ditavam as diretrizes à expedição, identificavam os núcleos urbanos naqueles territórios localizados tão longe da mãe pátria como a manifestação mais evidente da presença imediata do poder imperial.



Prospecto da vila de Barcelos. Lápis, nanquim e aquarela sobre papel, 27,5 x 62 cm

A vista de Barcelos com a emblemática inscrição nos transmite uma apreensão sensível da vila. Da mesma maneira, o estudo de ilustrações como essa – seja de vistas panorâmicas ou de monumentos singulares –, ou também a observação do conjunto das folhas que a *Viagem filosófica* dedicou a vilas e povoados no interior da América portuguesa, pode nos aproximar dos valores e dos sentidos atribuídos a esses espaços. Nessa perspectiva, mais do que realizar um estudo do fenômeno urbano na América portuguesa e do correspondente processo de urbanização – assuntos para os quais a historiografia oferece pesquisas bem fundamentadas² –, neste artigo nos interessa abordar o seu registro visual, tal como o encontramos no mais rico e abrangente corpo iconográfico do século XVIII sobre o tema, nomeadamente, no legado da *Viagem filosófica*.

A VIAGEM FILOSÓFICA E O SEU LEGADO ICONOGRÁFICO

A *Viagem filosófica* às capitânias do Rio Negro, Grão Pará, Mato Grosso e Cuiabá, de Alexandre Rodrigues Ferreira, foi realizada por ordem da Coroa de Portugal nos anos de 1783 a 1792.

Iniciou seu périplo em terras americanas em Belém do Pará. Depois de uma curta exploração da ilha de Marajó e do curso inferior do rio Tocantins, a expedição viajou pelo Amazonas, até o rio Negro, tomando a vila de Barcelos como centro das suas atividades. Subiu pelo rio Negro alcançando a fortaleza de São José de Marabitanas e, através do rio Branco, chegou até o espaço limítrofe entre as bacias amazônica e a do Orenoco, tendo a fortaleza de São Joaquim, na foz do Tacutu, como ponto de referência.

Após uma estada de quase dois anos em Barcelos – da segunda metade de 1786 até agosto de 1788, tempo no qual levou a cabo uma exploração pelo Solimões –, Ferreira recebeu ordens de continuar sua viagem pelos rios da vertente sul da bacia amazônica. Nessa etapa, percorreu o curso dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, com destino à Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Daí passou à bacia do rio Paraguai e explorou a então principal vila da região, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá; à continuação, navegou em direção ao sul pelo rio Paraguai até o limítrofe do presídio de Nova Coimbra.

A maior parte dos caminhos foi percorrida por via aquática, utilizando as ubás, canoas indígenas de pequeno e médio porte esculpidas no interior de um tronco; trata-se, pois, de uma expedição essencialmente de caráter fluvial.

Ao concluir seu périplo, Ferreira escreveu um relatório final dirigido às autoridades

em Lisboa; na dezena de páginas que compõem esse informe, o filósofo-naturalista resume a sua empresa, apresentando os caminhos percorridos num sumário dos lugares visitados. E acaba dizendo: “Não digo que as viagens que fiz foram coisa grande, nem atendível, digo sim falando agora com S. A., que o que quer que fiz é pouco por vós, que mais me pena ser esta vida coisa tão pequena”.³

O expedicionário se autorretrata aqui como um viajante-funcionário, que levou a cabo sua tarefa por ordem da Coroa e seguindo rigorosamente, quase passo a passo, as instruções que lhe eram remetidas pelos administradores dos domínios coloniais. A falsa modéstia das suas palavras é evidente quando constatamos através dos próprios escritos que, efetivamente, a viagem foi muito árdua. Sem lugar a dúvidas, a *Viagem filosófica* deve contar-se entre as mais difíceis e trabalhosas empresas científicas realizadas no século XVIII no espaço americano. O grande feito consiste em ter percorrido o interior do território colonial lusitano, tendo como antecedente imediato a rota das Comissões Demarcadoras de Limites.⁴

A equipe vinda de Portugal estava integrada pelo jovem naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, formado em Coimbra, por um jardineiro botânico, Agostinho Joaquim do Cabo, e por dois riscadores, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. E já em terras americanas, se incorporou uma quantidade variável de auxiliares, sempre bastante numerosos, além de

remeiros e soldados, que eram arrolados a partir das necessidades da empresa e sempre de acordo com a administração colonial.

O legado dessa expedição foi gigantesco e hoje ainda se conservam coleções botânicas, zoológicas e etnográficas, além de dezenas de memórias, escritas ou compiladas por Ferreira, e um grande acervo de imagens composto por aproximadamente 2.500 folhas.

Não obstante, podemos também afirmar que, mesmo tendo cumprido com a missão encomendada, a *Viagem filosófica* é uma empresa inacabada, porque jamais chegou a publicar seus resultados. Os frutos dessa viagem foram difundidos apenas pontualmente e de maneira parcial entre os mais eruditos círculos científicos europeus. O próprio Ferreira não chegou a organizar suas coleções naturalistas nem seus escritos; uma boa parte passou à França, como butim da invasão napoleônica.

No contexto da empresa naturalista portuguesa, o papel que desempenhavam as ilustrações foi definido pela Academia das Ciências de Lisboa, que atuava em nome da Coroa para a elaboração das instruções às *Viagens filosóficas*. Num escrito que leva o título de *Compêndio de observações que formam o plano da Viagem política e filosófica*, explica-se com respeito às imagens que “entre a descrição das coisas entra também o risco, e pintura, a qual se aplicará àqueles objetos, que a narração não for capaz de descrever perfeitamente e com clareza. Por tanto se desenharão

campos, montes, animais, plantas, e outros produtos, que nem se podem descrever, nem é fácil a sua remessa”.⁵

O papel instrumental, com uma função complementar que se atribui à ilustração, fica claro nestas instruções. Nessa caracterização do trabalho dos riscadores se perfila, já no século XVIII, a problemática da ilustração científica, que tem sido um território marginal e filha bastarda das disciplinas científico-naturalistas, por um lado, e, por outro, da história da arte. Nem uma nem a outra a tem assumido integralmente como parte do seu objeto. Sobre este campo, ainda em 1996, David Topper afirmava, de forma crítica, que “a maioria dos historiadores da arte a tem menosprezado, exceto, certamente, quando uma ilustração provém da mão de um gênio como Leonardo”.⁶

Aqui, entendemos a ilustração realizada por exploradores científicos como uma manifestação, cujo sentido deve ser decifrado com base na metodologia da história da arte, utilizando para seu estudo as ferramentas desenvolvidas a partir da escola de Warburg, de inícios do século XX. Trata-se de uma linguagem com um valor epistemológico próprio, que vai além da simples reiteração de conteúdos já explicitados por via verbal. A ilustração científica oferece um valor a mais, que é o que nos empenhamos por descobrir.

Uma parte fundamental do legado iconográfico da *Viagem filosófica* está composta pelas ilustrações botânicas, que representam, aproximadamente, duas terças par-

tes do total. O restante está constituído por desenhos de animais, estudos etnográficos e as vistas de paisagens. São estas últimas que nos interessam aqui, com um total de cerca de 250 folhas, e especificamente o corpo de representações dos complexos urbanos com, aproximadamente, setenta desenhos e aquarelas.

No *corpus* iconográfico deste legado é preciso diferenciar entre as folhas desenhadas por Codina e por Freire durante a viagem, que chamamos de “originais”, e as cópias feitas posteriormente na Casa do Risco, em Lisboa. Estas, nem sempre muito fiéis, são de um interesse secundário para o estudo da expedição; foram realizadas por outros autores, geralmente sem a intervenção dos próprios expediçionários que concluíram os estudos originais, completando-os de acordo com a sua própria imaginação e gosto.

Hoje, os desenhos executados durante a viagem se encontram divididos entre os acervos do Museu Bocage, em Lisboa, e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e, com poucas exceções, o que conhecemos do trabalho dos copistas pertence aos fundos do Arquivo do Horto Botânico no Rio de Janeiro.

As ilustrações executadas em viagem são, na sua quase totalidade, de autoria dos dois riscadores que viajaram com Ferreira, isto é, de J. J. Codina e J. J. Freire. Estes personagens não podem ser qualificados como artistas no sentido tradicional. Eles não possuem uma formação nesse sentido, não passaram por escolas de artes

nem academias, inexistentes à época em Portugal. Fizeram seus estudos no círculo de instituições militares, especializando-se no desenho técnico e cartográfico. Foi só com a instituição das *Viagens filosóficas*, levada adiante por iniciativa do naturalista italiano a serviço de Portugal, Domenicos Vandelli, que se estabeleceu uma ‘oficina de risco’, onde estes ilustradores técnicos receberam alguma instrução específica para o trabalho que deveriam executar em viagem, particularmente para o desenho de plantas.

Em geral, resulta difícil diferenciar a obra dos dois riscadores. Se por uma parte o olhar está enfaticamente definido em função das necessidades da expedição, por outra os traços são muito afins, quicá como consequência da ausência de um aprendizado e de um exercício propriamente artístico. Em concordância com a constatação de que, em geral, Freire assina seus trabalhos com maior frequência que Codina, também verificamos que há um maior número de desenhos e aquarelas com paisagens e das vistas urbanas que leva seu nome. Mas isso não deve induzir a se supor que Freire tinha como tarefa prioritária a representação da paisagem. De fato, do total das folhas originais, apenas cerca de 20% está assinado.

As tentativas de diferenciação de traços de autoria entre os dois riscadores não têm conseguido fornecer argumentos suficientemente contundentes. Lemos, por exemplo, no *Dicionário crítico de pintura no Brasil* de José Roberto Teixeira Leite,⁷

afirma que Freire seria mais pintor e Codina mais documentarista. E nesse mesmo rumo, o historiador da arte portuguesa Miguel Faria, na sua tese de doutorado *A imagem útil*,⁸ dedicada a Freire, formula conclusões sobre traços de estilo com base em algumas folhas assinadas, cuja análise o autor extrapola a imagens sem identificação explícita do riscador, construindo, desta maneira, uma argumentação bastante circular.

Pensamos que ainda não possuímos suficiente informação para uma identificação segura dos dois autores e parece mais prudente atribuir a obra no seu conjunto à equipe de riscadores, com a exceção das folhas assinadas.

AS IMAGENS URBANAS

No *corpus* das imagens urbanas identificamos um total de 27 lugares registrados. Primeiramente, encontramos um conjunto de vistas urbanas executadas, na sua maior parte, durante os meses que seguiram à chegada da *Viagem filosófica* aos domínios de Portugal em ultramar; a esse grupo pertencem os registros de Belém e também uma vista de Monforte, na ilha de Marajó, e da vila do Cametá, no Tocantins. Essas imagens se contam entre as poucas que foram acabadas em todos os seus detalhes e podemos atribuir-lhes um valor representativo.

No próprio périplo pelo interior do continente, os espaços privilegiados para a execução desta tarefa são regiões de fronteira, vale dizer, pontos críticos na

disputa territorial com a Coroa espanhola. Trata-se, concretamente, de três áreas, as duas primeiras pertencendo ao âmbito setentrional. Por um lado, os registros estão dedicados ao Alto Rio Branco, incluindo a povoação de Nossa Senhora da Conceição como um dos lugares mais próximos do limite com os domínios espanhóis e tendo como foco de atenção a fortaleza de São Joaquim. Por outro lado, ao espaço do rio Negro, estão dedicadas as imagens do curso superior do rio e da área fronteiriça, nomeadamente a povoação de São Gabriel da Cachoeira e a fortaleza de São José de Marabitanas. O terceiro grupo refere-se aos registros feitos na bacia do Alto Rio Paraguai, que constituía uma longa linha crítica quanto à definição das fronteiras e também de contínuos conflitos com a população indígena, particularmente com a nação *guaikuru*. É evidente que, na sua maior parte, a ilustração de povoações de terra adentro segue um critério derivado de questões de ordem estratégica.

Dentre as vistas executadas num primeiro momento é manifesta a especial atenção que foi dedicada a Belém do Pará, tanto à situação geográfica e configuração urbana como à substância arquitetônica. Isso se reflete na quantidade e qualidade de registros que a expedição lhe dedicou; conservam-se dois planos da cidade, uma vista geral e os 'prospectos' das praças do Pelourinho e das Mercês, além de numerosos alçados e representações de fachadas de diversos prédios com caráter representativo, de autoria do arquiteto italiano José Landi e incorporados ao acervo.

A folha mais notável dessa série é a vista de Belém,⁹ que representa a silhueta da cidade tomada à distância, desde a baía. A composição está organizada em três faixas horizontais, de maneira que o perfil da cidade aparece quase como uma listra entre os espaços mais largos do céu e das águas. O rigor com que o ilustrador reproduz as proporções é inequivocamente fruto da utilização da câmera escura.

Este instrumento ótico de tradição renascentista foi utilizado ao longo dos séculos para registrar as paisagens. Seu mecanismo é bastante simples: consta de uma caixa com um espelho no seu interior e duas lentes colocadas em ângulo reto, uma dirigida ao objeto e a outra projeta a imagem sobre uma placa de vidro, na qual está marcada uma rede quadriculada. Dessa maneira, o ilustrador recebe a imagem já parcialmente elaborada, na medida em que está reduzida a um tamanho próximo ao da sua folha de desenho, de modo que, ao fazer o registro, pode-se ir copiando quadricula por quadricula, com a certeza de que as proporções das partes serão corretas.

Na vista de Belém, o riscador naturalista se prende estritamente à imagem que obtém por meio deste instrumento, sem arriscar nenhum subterfúgio artístico para alterar as proporções e aproximar do observador a bela fachada da cidade. Conseqüentemente, sua composição resulta bastante prejudicada pelo fato de conter as grandes e monótonas áreas do céu e da água, nas quais se observa o tímido intento de animá-las com nuvens e vários navios.

Podemos tomar esta ilustração como uma espécie de arquétipo no registro dos núcleos urbanos, um modelo que se repete uma e outra vez em função do uso permanente da câmera escura. De fato, consta nos inventários da *Viagem filosófica* a sua inclusão, e podemos supor que se tratava do exemplar mais simples, que é um cubo de uns 30 cm por lado, vale dizer, um tipo apropriado para viagens. Mais ainda, as próprias folhas nos dão testemunho da sua utilização, através da presença bastante frequente do reticulado para o traspasso ao papel da imagem obtida mediante esse instrumento ótico.

Porém, evidentemente, o que só encontraremos ocasionalmente nas vistas dos povoados e lugares apreendidas em rota é o cuidadoso acabamento presente no panorama de Belém. Segundo Ferreira informa em carta aos seus superiores, a sua execução tomou dois meses, o que, sem lugar a dúvidas, não é um ritmo viável para uma expedição em constante movimento.

Entendemos que essa paisagem, junto com as folhas que mostram espaços ou monumentos específicos da urbe, assim como as plantas que explicitam a sua considerável extensão, pretende destacar o caráter monumental do complexo, cujo porto evidencia, ademais, uma considerável movimentação.

A vista da vila do Cametá,¹⁰ por sua vez, tem uma conotação comemorativa, mas não do espetáculo urbano, que é relativamente modesto com a sequência de edifi-

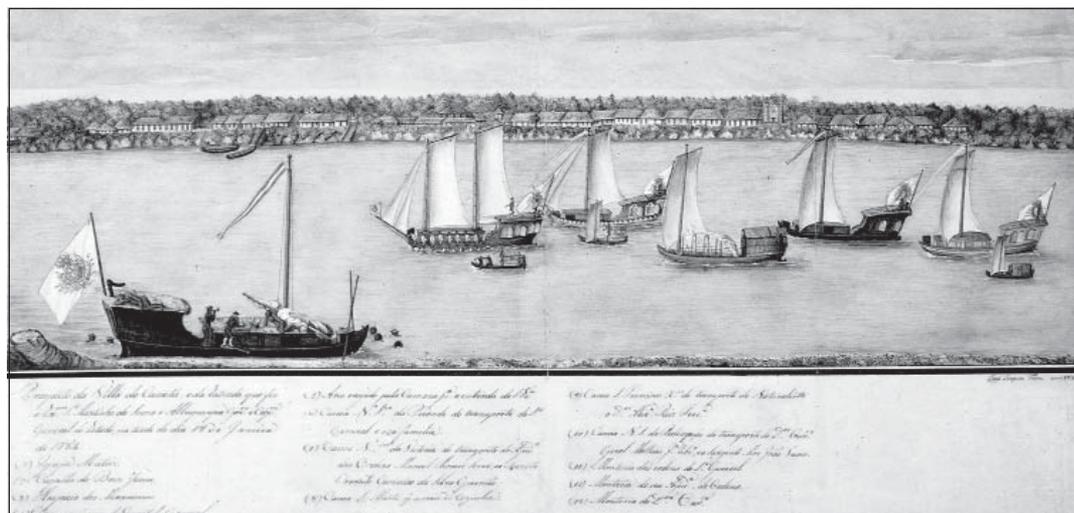
cações simples erigidas sobre o barranco do rio, e sim, como o próprio texto ao pé da imagem esclarece, “da entrada que fez o Ex.mo I.a Martinho de Sousa e Albuquerque, Gov.or e Cap.m General do Estado, na tarde do 19 de janeiro de 1784”. A ênfase está claramente posta nos navios no primeiro plano, com a vermelha canoa do governador ao centro e a que levava ao próprio expedicionário do lado direito, de modo que a cidade aparece quase que como um pano de fundo.

A respeito desse desenho, Ferreira escreveu a Martinho e Melo e Castro:

fica o riscador Freire com os 2 desenhos da perspectiva de Cameté, um que ei de remeter por officio da minha comissão, e outro que mandou desenhar o sr. general. Da mesma sorte fica tirada a perspectiva de Palácio, do riscador Codina, devendo apresentar 3 cópias, duas que mandou tirar o sr. general e uma que é da minha repartição.¹¹

É claro que estes luxos, não só de concluir em todos seus detalhes a folha, mas também de fazer uma ou até duas cópias do mesmo desenho, só foi possível em pouquíssimas ocasiões.

A série de registros de núcleos urbanos iniciada na foz do Amazonas, no curso do baixo Tocantins e na ilha de Marajó, só foi continuada em Barcelos, no rio Negro, onde Ferreira e a sua equipe se estabelecem nos últimos meses de 1785. A então capital da capitania de São José do Rio Negro passou a ser o centro de operações da *Viagem filosófica* por quase três anos, de modo que a vista comentada inicialmente pode ter sido desenhada e pintada no decorrer de um longo tempo. Como já observado, a inscrição do verso de Virgílio nos permite atribuir-lhe um sentido quase alegórico do processo colonizador lusitano no interior da América meridional. O texto ao pé da folha,¹² por sua vez, resume brevemente a história da vila e explica que os navios ancorados na



Prospecto da vila do Cameté. Lápis, nanquim e aquarela sobre papel; 32 x 45,8 cm

sua frente representam a saída de João Pereira Caldas para o rio Solimões em 28 de abril de 1784, vale dizer, numa data anterior à chegada de Ferreira a Barcelos. A evocação deste personagem no contexto daquela vista da cidade, além de constituir uma homenagem nominal, complementa o sentido da folha mediante a representação de caráter simbólico dessa importante figura que, entre 1772 e 1780, foi governador da capitania do Pará e teve uma destacada atuação no processo de demarcação e, posteriormente, de fortificação das fronteiras naquele território.¹³

Novamente encontramos uma alusão elogiosa a Caldas numa vista tomada rio acima, no lugar que leva seu nome. Trata-se de uma folha na qual o bonito desenho do casario é tão importante como o próprio texto, que nos permite entender o porquê dessa dedicação na execução da vista por parte dos riscadores. Na inscrição, o desenhista deixa constância de que o lugar havia sido batizado em homenagem ao antigo governador que, durante o exercício das suas funções, havia mandado erigir o núcleo urbano.¹⁴

Para além do efetivo papel que Caldas desempenhou na consolidação do domínio territorial no espaço amazônico, o que justifica plenamente sua presença marcante na iconografia dos estabelecimentos urbanos, em relação à viagem de Ferreira, Pereira Caldas se constitui numa figura essencial. Foi ele que, em várias oportunidades, viabilizou a obtenção de recursos – dos mantimentos e canoas até

os remeiros – para a realização da *Viagem filosófica*, e, além de apoio, forneceu importantes informações para o chefe da expedição. Ao evocá-lo nos prospectos de Barcelos e Caldas, a expedição naturalista certamente rende homenagem a uma figura emblemática e também expressa seu reconhecimento particular a um dos seus principais mentores.

No trajeto final pelo Alto Rio Negro e seus afluentes, foram registrados os lugares de São Gabriel de Cachoeira, São Joaquim do Cuané, no rio Uaupés, e a fortaleza de São José de Marabitanas. Nesta etapa, os desenhos destacam os aspectos propriamente urbanos, enquanto a paisagem aparece apenas esboçada e, muitas vezes, não é mais do que uma superfície aquarelada de forma homogênea em tons de cor verde. O suporte utilizado será homogêneo: um papel de dimensões derivadas de um mesmo tipo de folhas, de 24 x 34 cm ou de 34 x 48 cm, vale dizer, em formato simples ou duplo; isso passará a ser uma constante na maior parte das ilustrações.

Na vista de São José,¹⁵ a atenção do riscador está centrada na fortaleza e seus detalhes, representados cuidadosamente para dar informação do seu estado de conservação. A intenção é evidente se comparamos aqui, por exemplo, o cuidadoso desenho dos dois bastiões laterais com ameias, e a absoluta indiferença pela vegetação, que aparece simplesmente como uma mancha uniforme.

De fato, uma boa parte destas ilustrações são esboços, o que não surpreende se

lembramos que, além das observações de estabelecimentos urbanos, a *Viagem filosófica* devia desenvolver um grande número de outras tarefas, particularmente a de herborização, o que implicava um demorado e permanente trabalho para os ilustradores. Ao cotejarmos o total dos exemplares botânicos registrados em desenhos feitos no próprio local de coleta, um conjunto de aproximadamente oitocentas folhas, chegamos a uma média de um desenho a cada três dias durante todo o tempo que durou a expedição. A isto se somam os estudos de animais e, ocasionalmente, da população e de objetos da sua cultura material, e também as paisagens – das quais aqui só abordamos os motivos urbanos –, em particular as vistas dos rios, que ganharam singular importância em trechos com relevância estratégica para a navegação.¹⁶

Assim, não é de estranhar o fato de, em muitos casos, estarmos diante de esboços ou quase croquis de povoados, tanto no trecho do rio Negro, como imediatamente depois, no rio Branco, e ainda mais na bacia do Paraguaí.

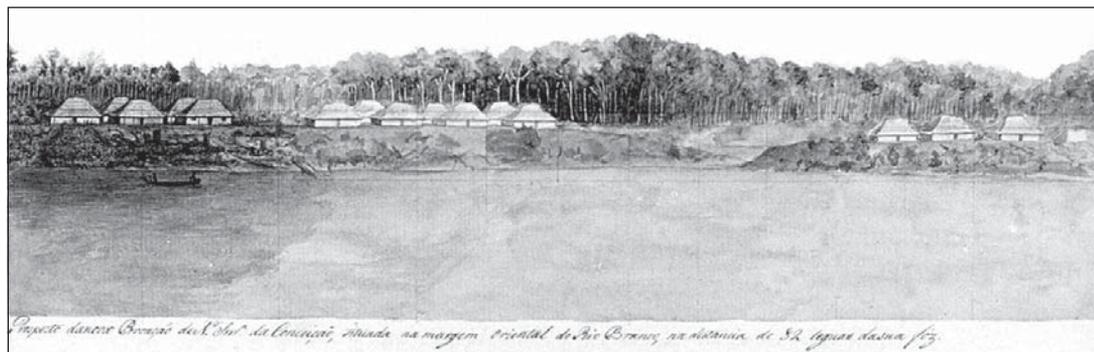
A exploração do rio Negro foi concluída em Barcelos no final de 1785, depois de

quase meio ano de viagem. E já em maio do ano seguinte, a equipe se encontrava percorrendo o rio Branco. De acordo com o *Diário* de Ferreira, aquela viagem foi consideravelmente mais rápida, com não mais de dois meses de duração. A preocupação aqui é bastante clara: as constantes penetrações de espanhóis, sobre os quais encontramos referências a uma série de episódios nos escritos do naturalista.

Resumindo o informe de uma equipe de militares enviados para controlar o espaço aquático, Ferreira escreve:

Foi então expedido em uma montaria de 5 índios o soldado Miguel Arcaño para esta diligência (...). Encontrou pouco acima da foz do rio Surumu, que deságua no Tacutu pela sua margem ocidental, na distância de menos de dia e meio de viagem, uma ubá com três soldados e 1 cabo espanhol, todos tintos de urucu à maneira dos gentios. Assim se disfarçavam para os surpreenderem.

E conclui seu relato citando uma carta enviada pelo comandante do forte de São Joaquim do Tacutu ao governador,



Prospecto da nova Povoação de N. Sra. da Conceição. Lápis e aquarela sobre papel, 24,1 x 34,4 cm

dizendo que é preciso “prisionar e desalojar todos e quaisquer espanhóis que se encontrassem e achassem situados nesse rio, domínios de El Rei nosso Senhor (...) e devendo ficar na inteligência de que o mais agradável de tudo é desinfetar inteiramente esse rio de espanhóis (...)”.¹⁷

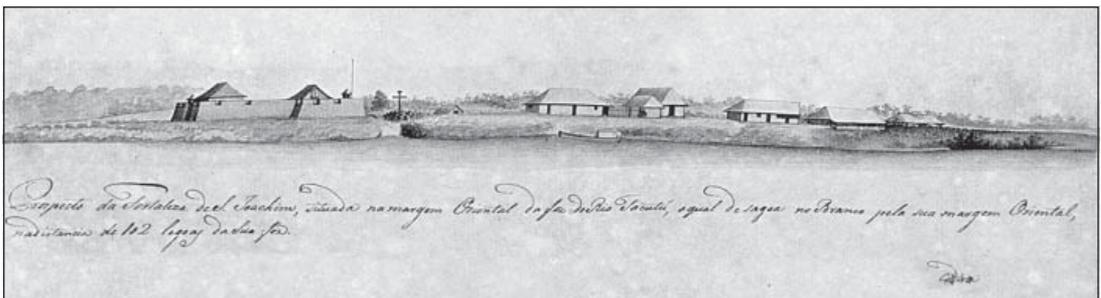
Ante essa situação, a necessidade de uma efetiva ocupação do território era iminente. É nessa perspectiva que devemos entender as ilustrações desses lugares urbanos, particularmente da parte superior do rio.

A povoação de Nossa Senhora da Conceição é apresentada apenas como um modesto povoado com não mais do que umas vinte casas.¹⁸ Com uma densa floresta nas suas costas, aparece encravada ao longo do barranco na beira do rio. Nesta folha o riscador desenha com bastante detalhe as árvores, que apresentam um tamanho duas e até três vezes maior do que os prédios. A excepcional ênfase nas particularidades da vegetação que, à diferença das outras vistas, não aparece aqui como uma simples mancha verde, pretende evidenciar as potencialidades desse estabelecimento. Sua precariedade torna-se sensível, mas a imagem do

casario traduz também as promissoras expectativas que se apresentam para essa povoação, abrindo-se espaço através da mata densa.

A fortaleza de São Joaquim, por sua vez, situada na confluência do Tacutu com o rio Branco, é um registro que se concentra, fundamentalmente, na descrição do forte, do que se elaborou, ademais, uma folha com a sua planta e seu alçado.¹⁹ Pouco interessa aqui a paisagem. Com a habitual estrutura compositiva em três faixas, o céu e a água praticamente não foram identificados visualmente, e o estreito perfil que contém os prédios apenas evoca os elementos naturais com umas poucas pinceladas; o cuidadoso traço fino realça unicamente a construção defensiva e as poucas casas que a acompanham. Com esses registros, a *Viagem filosófica* apreendeu dois lugares particularmente expostos, locais de enorme importância estratégica.

A última etapa da viagem levou Ferreira e seus companheiros em direção ao sul da bacia amazônica. Durante mais de meio ano, percorreram o caminho de Borba, na confluência do rio Madeira com o Amazonas, até a vila Bela da Santíssima Trindade.



Vista da Fortaleza de São Joaquim. Lápis e aquarela sobre papel, 24,3 x 34,5 cm

Como demonstrou Maria de Fátima Costa,²⁰ a principal tarefa neste trecho era a de registrar o caminho fluvial entre aquela região de mineração aurífera e o Amazonas, para chegar a Belém. Os três rios que compõem essa rota, o Madeira, o Mamoré e o Guaporé, impunham árduos trabalhos para passar nada menos que 18 cachoeiras. A esse registro se dedicaram com especial cuidado os riscadores, e na última etapa encontraram refúgio e auxílio no forte Príncipe da Beira, o único lugar que podia acolhê-los nesse percurso.

Além das vistas do caminho fluvial, nesse trecho foram documentados a vila de Borba – um importante entreposto naquela rota – e a povoação e o forte Príncipe da Beira.²¹

Para a documentação da vila de destino do percurso fluvial na vertente meridional da bacia amazônica, isto é, a capital mato-grossense, o acervo da *Viagem filosófica* possui unicamente uma planta, mas nenhuma vista. Sim existe, não obstante, uma vista da povoação regular de Casal Vasco, que o então governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres erigiu e passou a usar como um lugar de residência temporária. Isso nos coloca diante de uma incógnita, já que até então os lugares principais sempre foram apreendidos com especial atenção.²² A ausência de uma vista de vila Bela, na sua qualidade de capital de uma capitania, requer uma explicação; porém, por agora, a esse respeito, só podemos tecer conjecturas.

Posteriormente, no espaço do Alto Rio Paraguai e seus afluentes, em diferentes momentos, foram documentados os lugares do registro do rio Jaurú, próximo do lugar onde havia sido implantado o marco divisório em 1753, e da vila Maria do Paraguai, a atual cidade de Cáceres.²³ Mas, como registro visual, o objeto de maior interesse nesse âmbito é a vista da vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.²⁴

A vila sofria de uma grande fragilidade na sua situação defensiva e temia-se que, através do rio Paraguai, os espanhóis penetrassem, pondo em xeque esse importante estabelecimento urbano. Com essa preocupação, o governador da capitania Luís de Albuquerque encomendou uma avaliação da situação defensiva à Terceira Partida de Limites, em 1786; no correspondente informe os demarcadores declaravam que a única solução seria “aumentar a população da capitania do MT, para com ela não só contrapesar os projetos espanhóis (...) mas para ser povoada esta capitania (...), fazendo assim perder aos espanhóis as infundadas esperanças sobre o alto Paraguai e as ideias do seu contrabando”.²⁵

Ao olharmos a vista de Cuiabá, tem-se a impressão de que o desenhista está sobre um morro, nomeadamente, o morro da Luz, e que dali contempla a paisagem urbana margeada pelo córrego da Prainha, antigamente um importante ponto de extração de ouro. À sua direita, o riscador representa a rala vegetação do cerrado que cobre a colina, em cujo topo se situa

a capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; ao fundo, o terreno ondulado é apreendido apenas no seu aspecto orográfico; e para a esquerda, se insinua o caminho que vai dar ao Porto Geral do rio Cuiabá.

Porém, quando buscamos a localização exata do ponto de observação, percebemos que este não existe. Para fazer caber todos os elementos que se pretendia representar, o ilustrador teve que distorcer a perspectiva; só assim conseguiu que toda a vila ficasse colocada frontalmente sobre uma única folha, de 23,6 cm de altura por 120,9 cm de comprimento.

Já pelas suas dimensões, percebemos que se trata de uma imagem que utiliza rudimentos do que, posteriormente, seria desenvolvido nos registros panorâmicos e cuja forma perfeita se fez famosa no século XIX. Certamente, os riscadores da *Viagem filosófica* não chegaram a essa invenção, mas utilizaram recursos técnicos de montagem, para dar uma ideia da situação da cidade, incorporando, inclusive, um sem fim de detalhes no seu interior, tanto arquitetônicos como da vida cotidiana.²⁶

No último trecho do seu percurso, a expedição desceu pelo rio Cuiabá até o Paraguai, para chegar ao fronteiro presidio de Nova Coimbra, registrando estabelecimentos urbanos, como o de Albuquerque e o próprio presidio, pontos de importância estratégica análoga à dos estabelecimentos na vertente norte da bacia amazônica.²⁷

No seu conjunto, a intenção que identificamos nas imagens de vilas, povoados e lugares ou, genericamente, de estabelecimentos urbanos, calça com as tarefas impostas à *Viagem filosófica* que, além dos estudos naturalistas, deviam desenvolver estudos que a própria academia chama de “estudos políticos”.

No âmbito da observação do processo de urbanização, constatamos que os registros visuais apresentam várias categorias. Em primeiro lugar temos o Prospecto de Belém do Pará, que destaca o caráter monumental daquela urbe com o objetivo de chamar a atenção sobre o inequívoco valor representativo que ela possui como sede do poder. Numa segunda vertente, identificamos localidades de médio porte, cujas vistas se tornam um atributo para a comemoração de personalidades particularmente destacadas na materialização do projeto político do Império. Porém, a maior parte dos registros apresenta estabelecimentos urbanos escolhidos pelo seu importante valor estratégico, que são, de fato, parte de um relatório de caráter político.

A esse último grupo pertence também a vista da cidade de Cuiabá. Mas essa folha merece particular destaque porque representa o único registro que possui vôo artístico. Aí os riscadores romperam com o arquétipo rígido que lhes impunha a câmara escura, e passaram a modelar uma vista parcialmente idealizada. O objetivo dessa inovação na linguagem formal dificilmente poderia ser interpretado como

um impulso premeditado por criar uma paisagem com valores estéticos. Trata-se, também aqui, de uma ilustração com um propósito essencialmente instrumental. Porém, no intuito de satisfazer adequadamente a tarefa imposta, que era a de

elaborar registros visuais com utilidade política para a administração imperial, os riscadores conceberam uma paisagem urbana com um caráter sintético único para esta categoria temática no conjunto desse legado iconográfico.

N O T A S

1. A folha faz parte do acervo da *Viagem filosófica* que se conserva na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – BNRJ (passim), cod. 21,1,2-3; lápis, nanquim e aquarela sobre papel, 27,5 x 62 cm.
2. Ver especialmente DOMINGUES, Ângela. Urbanismo e colonização na Amazônia em meados dos setecentos: a aplicação das reformas pombalinas na capitania de S. José do Rio Negro. *Revista de Ciências Históricas*, Porto, n. X, p. 263-273, 1995; ARAUJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faup Publicações, 1998.
3. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Roteiro das viagens que fez pelas capitanias do Pará, Rio Negro, e Mato Grosso e Cuiabá. In: HARTMANN, Thekla. *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX*. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975; Série Etnologia, v. I, p. 133-144; p. 144.
4. Para a vinculação entre as Comissões Demarcadoras de Limites e a *Viagem filosófica* v. COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História Ciências Saúde. Manquinhos*, Rio de Janeiro, v. VIII, Suplemento 2001, *Ciência e Viagens*, p. 993-1.014.
5. BREVES instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, 1781, p. 209-210.
6. TOPPER, David. Towards an Epistemology of Scientific Illustration. In: BAIGRE, Brian S. *Picturing Knowledge: historical and philosophical problems concerning the use of art in science*. Toronto; Buffalo; Londres: University of Toronto Press, 1996, p. 215-249.
7. LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário crítico de pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988, p. 125.
8. FARIA, Miguel Figueira de. *A imagem útil: José Joaquim Freire (1760-1840), desenhador topográfico e de história natural*. Lisboa: Universidade Autónoma Editora, 2001; ver em particular p. 175-185.
9. BNRJ, cod. 21,1,2-3; lápis e aquarela sobre papel, 46 x 94 cm.
10. BNRJ, cod. 21,1,2-2; lápis nanquim e aquarela sobre papel, 32 x 45,8 cm. O texto completo da inscrição ao pé da imagem diz: "Prospecto da Villa do Cametã, e da Entrada que fez o Ex.mo I.a Martinho de Souza e Albuquerque, Gov.or e Cap.m General do Estado, na tarde do dia 19 de janeiro de 1784. (1) Igreja Matriz. (2) Capella do Bom Jesus. (3) Hospicio dos Mercenarios. (4) Casa que sirvio de Quartel General. (5) Arco erigido pela Camara p.a entrada de S. Ex.a. (6) Canoa N. S.ra da Piedade do transporte do S.r General e sua familia. (7) Canoa N. S.ra da Vitoria do transporte do Ajud.e das Ordens Manoel Thomaz Serra, e o Tenente Cordulo Casimiro da Silva Gusmão. (8) Canoa S. Marta q. servia de cozinha. (9) Canoa S. Francisco X.er do transporte do Naturalista o D.or Alex. Roiz Ferr.a (10) Canoa N. S. da Redempção do transporte do Ouv. Geral Mathias G.e Libr.e, e o Sargento Mor João Vasco. (11) Montaria das ordens do S.or General. (12) Montaria do seu Ajud.e de Ordens. (13) Montaria do D.or Ouv.or. – Joze Joaquim Freire. anno 1784".

11. LIMA, Américo Pires. *O doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*. Documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência Central de Ultramar, 1953, p. 120.
12. No texto ao pé da imagem se lê: "Prospecto da Villa de Barcellos, antigamente Aldêa de Mariuá; creada capital da Capitania de S. Joseph do Rio Negro, pelo Illm.o e Exm.o Snr. Francisco Xavier de Mendonça, Furtado, por Provisão de 6 de Mayo de 1758. Está situada na margem austral do sobredito Rio Negro; na distancia de 70 legoas da sua foz; em 0°, 58' e 11'' de latitude austral, e em 314° e 42' de longitude oriental à Ilha do Ferro, segundo as ultimas observaçoens. / Representa-se a sahida do Illm.o e Exm.o Snr. João Pereira Cãldas, Governador e Capitão General nomeado para as Capitánias do Mato grósso, e Cuyabá, e nos Districtos dos Govêrnos dellas, e do Estado do Grão-Pará, Encarregado da Execução do Tratado Preliminar de Limites, e Demarcação dos Reaes Dominios, pela primeira vêz, que se dirigio ao Quartel da Villa de Ega, no Rio Solimões, em 28 de Abril de 1784. / (a) Canôa da Invocação de N. Snr.a do Pilar, do transporte de S. Ex.a. (b) As duas Igaritês das Ordens. (c) Canôa do transporte do Capellão Fr. Pêdro Thômaz. (d) Canôa da Cozinha. (e) Canôa da Invocação de N. Snr.a da Boa-Viagem, do transporte do Escrivão da Fazenda Real Sebastião Joseph Prestes, que então servio de Secretario interino. (f) Canôa do transporte do Cirugião dos Empregados na Demarcação Antonio Joseph de Araujo Braga. (g) Canôa da Invocação de N. Snr.a do Valle, do transporte do Tenente-Coronel João Baptista Martel, Primeiro Commissario da Demarcação".
13. Para João Pereira Caldas ver SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino. *Varia História*, v. 26, n. 44, jul./dez. 2010. Versão on line. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752010000200009&script=sci_arttext>.
14. O texto diz: "Prospecto do novo lugar das Caldas, estabelecido na margem oriental, e no principio da primeira Cachoeira do Rio Cauaburys, pelo Tenente Marcelino Joseph Cordeiro, Commandante da Fortaleza de S. Gabriel: Por Ordem immediata do Illm.o e Exm.o Snr. João Pereira Caldas, em carta de 27 de julho de 1781, não tendo o Governador de juncto executado até então a primeira Ordem de 17 de dezembro de 1773, ao mesmo respeito. / (a) Em officio de 25 de julho de 1781, ordenou ao Governo desta Capitania o Illm.o e Exm.o Snr. Joseph de Napoles Tello de Menezes, Governador, e Capitão General do Estado, que em obsequio ao Illm.o e Exm.o Snr. João Pereira Caldas, desse ao novo Lugar a denominação de Caldas".
15. BNRJ, cod. 21,1,2-1; lápis e aquarela sobre papel, 24,3 x 34,3 cm.
16. Trata-se, sobretudo, do caminho fluvial entre a vila de Borba, na confluência do Madeira com o Solimões, e a vila Bela da Santíssima Trindade, a então capital de Mato Grosso; ver a esse respeito COSTA, Maria de Fátima, op. cit.
17. SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Documentos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Kapa Editora, 2007, v. III, p. 33 e 35.
18. BNRJ, cod. 21,1,2-1; lápis e aquarela sobre papel, 24,1 x 34,4 cm.
19. A vista da fortaleza de São Joaquim: BNRJ, cod. 21,1,2-1; lápis e aquarela sobre papel, 24,3 x 34,5 cm. A planta da fortificação: BNRJ, cod. 21,1,2-1; lápis e aquarela sobre papel, 34,6 x 22,9 cm.
20. COSTA, Maria de Fátima, op. cit.
21. O Prospecto de Borba se conserva no acervo do Museu Bocage, Lisboa – MB (passim), cod. ARF 33, n. 3; lápis e aquarela sobre papel, 34,5 x 46 cm. Para a vista de conjunto da povoação e do forte de Príncipe da Beira, a vista da fortaleza e a planta da fortaleza, ver MB, cod. ARF 33, n.s 44, 43 e 45, todos executados a lápis e aquarela sobre papel, com as medidas 34,6 x 46,4 cm; 23,7 x 65,5 cm e 34,5 x 45,2 cm, respectivamente.
22. Para a planta de vila Bela e para a vista de Casal Vasco ver MB, cod. ARF 33, n. 49 e 52, ambos a lápis e aquarela sobre papel, com as medidas 45,2 x 68,7 cm e 23,6 x 48,3 cm, respectivamente.
23. Para as vistas de Jaurú e vila Maria, ver MB, cod. ARF 33, n. 57 e 58, ambos a lápis e aquarela sobre papel, com as medidas 34,3 x 45,3 cm e 48,5 x 23,2 cm, respectivamente.
24. Ver MB, cod. ARF 33, n. 59; lápis e aquarela sobre papel, 23,6 x 120,9 cm.
25. Apud COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. *Cuiabá: rio, porto, cidade*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 35.
26. Ver o estudo sobre a vista de Cuiabá em: COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo, op. cit., p. 35.
27. Para as vistas de Albuquerque e presídio de Nova Coimbra, ver MB, cod. ARF 33, n. 65 e 68, ambos a lápis e aquarela sobre papel, com as medidas 48,2 x 23,6 cm e 48,3 x 23,9 cm, respectivamente.

R E S U M O

Os estabelecimentos urbanos constituíam um objeto de particular atenção, na medida em que refletiam o grau de ocupação efetiva do espaço colonial por parte da metrópole lusitana. O objetivo do artigo é analisar, com base nas representações de núcleos urbanos registradas em *Viagem filosófica à América portuguesa* (1783-1792), de Alexandre Rodrigues Ferreira, o lugar que esses núcleos ocupam no contexto dessa expedição pelas bacias amazônica e do rio Paraguai.

Palavras-chave: expedições; naturalistas; iconografia urbana.

A B S T R A C T

The urban settlements were an object of special attention, as they reflected the degree of effective occupation of the colonial space by the Portuguese metropolis. Based on the representations of urban centers registered in the *Viagem filosófica à América portuguesa* (1783-1792), by Alexandre Rodrigues Ferreira, this article analyzes the place these centers occupy in the context of this expedition through the basins of the Amazon and Paraguay river.

Keywords: expeditions; naturalists; urban iconography.

R E S U M É N

Los establecimientos urbanos constituían un objeto de particular atención, en la medida en la que reflejaban el grado de ocupación efectiva del espacio colonial por parte de la metrópoli lusitana. El objetivo del artículo es analizar, con base en las representaciones de núcleos urbanos registradas en *Viaje filosófico a América portuguesa* (1783-1792), de Alexandre Rodrigues Ferreira, el lugar que esos núcleos ocupan en el contexto de esa expedición por las bacias amazónica y del río Paraguay.

Palabras clave: expediciones; naturalistas; iconografía urbana.

Recebido em 12/5/2011

Aprovado em 1/8/2011